

Palestra da Ministra Miriam Belchior na 13ª Conferência de Ministros de Planejamento da América Latina e Caribe

Brasília, 21 de novembro de 2013

É para nós uma honra recebê-los no Ministério do Planejamento do Brasil para a realização da 13ª Conferência de Ministros e Chefes de Planejamento da América Latina e do Caribe, em parceria com o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, das Nações Unidas.

O tema central desta Conferência, a importância da integração regional no planejamento do desenvolvimento em nossa região, é mais que oportuno.

É atualíssimo.

A partir do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, da Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA, da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC, a dimensão política da integração ganhou relevância e proporcionou aos nossos países a unidade necessária para responder ao contexto desafiador que se impõe para a região no século 21.

Porém, quando avaliamos os aspectos institucionais, comerciais e, principalmente, produtivos dessa agenda de integração, percebemos que ainda são muitos os desafios.

Para dar efetividade a essa agenda de desenvolvimento regional, um tema fundamental é o da infraestrutura e logística.

As dimensões territoriais da região exigem integração física que viabilize a circulação de pessoas e o desenvolvimento produtivo integrado.

Os maiores blocos econômicos do mundo cresceram e se consolidaram apoiando-se em infraestrutura moderna e integrada.

Ou seja, o fortalecimento da infraestrutura regional é condição necessária para a integração produtiva, comercial, política e social dos países sul-americanos e caribenhos.

A integração física tem ainda outro importante papel a cumprir, que é a superação das assimetrias territoriais.

A provisão de infraestrutura em territórios historicamente isolados, a distribuição territorial dos investimentos e a interiorização do desenvolvimento no continente – que ainda hoje tem alto grau de concentração na sua linha litorânea, seja na costa atlântica seja na do Pacífico – podem contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso da região.

A UNASUL foi um grande avanço no processo de integração, institucionalizando o diálogo político regional.

Entre esses avanços está a constituição do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN.

Um grande diferencial da concepção desenvolvida no âmbito da COSIPLAN é o reconhecimento de que a infraestrutura, em si mesma, não determina o futuro do território

Por isso, é necessário estimular o desenvolvimento endógeno de cada região, não se limitando à constituição de corredores viários para escoar a produção regional destinada a mercados extrarregionais.

O sentido do processo de integração física deve ser, primordialmente, o incremento do comércio intrarregional e a inclusão social, mediante a geração de empregos e de riqueza.

O mesmo esforço realizado para constituir a carteira de investimentos estratégicos pela UNASUL está se realizando no âmbito da CELAC, com o Plano de Ação Santiago, que deve resultar em uma carteira de projetos de infraestrutura para a América Latina e Caribe.

Teremos, no próximo período, que coordenar essas diversas iniciativas de integração, incluindo também o Projeto Mesoamérica e os projetos da Caribbean Community and Common Market – CARICOM.

Nossos países tem avançado significativamente, economicamente e socialmente, mas estudos da CEPAL têm observado que os processos de integração na região ainda não alcançaram a mudança estrutural desejada.

Diversos diagnósticos indicam que o principal óbice à execução dos projetos de infraestrutura de integração tem sido a questão do financiamento.

Historicamente, desde a constituição de uma carteira de infraestrutura para a Região, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por exemplo, financiou apenas 23 projetos de uma carteira de mais de 500 projetos, correspondendo a menos de 10% da carteira geral, estimada em US\$ 130 bilhões.

Para concluir, vale uma reflexão sobre o papel do Brasil no processo de integração.

Dos pontos de vista geofísico, geoeconômico e geopolítico, o Brasil é muito importante no processo de integração e deve usar o seu potencial para fortalecer a agenda integracionista.

Como declarou a presidenta Dilma Rousseff na reunião extraordinária da UNASUL, em 28 de julho de 2011:

“O projeto integracionista é solidário e busca consolidar a América do Sul como uma zona de cooperação e desenvolvimento. Devemos estabelecer modalidades consistentes de financiamento a exportações, devemos desenvolver convênios de crédito recíprocos, aperfeiçoar meios para superar barreiras pontuais. Enfim, avançando na integração física, energética, logística, e na cooperação na área de ciência e tecnologia.”

Outra oportunidade que poderia ser explorada é o fato do Brasil fazer parte de dois blocos regionais importantes, o BRICS¹ e o IBAS².

No âmbito do BRICS, evolui a ideia de criação de uma instituição financeira voltada ao desenvolvimento dos países do bloco.

Esse novo banco complementaria as instituições existentes nos cinco países no financiamento de grandes projetos de infraestrutura, além de ser mais uma garantia frente às flutuações do mercado internacional.

¹ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

² Índia, Brasil e África do Sul.

No primeiro desenho dessa instituição, que deverá ser formalizada na cúpula do Grupo em 2014, considera-se a possibilidade de apoiar outros países – os da América Latina e do Caribe poderiam ser destinos de recursos que priorizariam o financiamento da infraestrutura de integração.

Há um ano, realizamos aqui no Ministério o seminário “Planejamento e Desenvolvimento: Experiências Internacionais e o Caso do Brasil”, também em parceria com o ILPES e a CEPAL, no qual se avaliaram experiências internacionais quanto aos desafios enfrentados pelos países no processo de planejamento para o desenvolvimento inclusivo.

Repito agora o que disse naquela oportunidade:

“A integração latino-americana é prioritária na política externa brasileira.

Consideramos a integração requisito estratégico para a redução das assimetrias que caracterizam a realidade regional, bem como para a inserção bem-sucedida de nossas economias e sociedades em um ambiente internacional crescentemente competitivo.

Foi-se o tempo em que nossos governos e economias miravam apenas os países de além-mar, dando as costas para os vizinhos continentais.”

Desejo a todos uma participação produtiva e agradável neste evento.